ÓRGÃO INDEPENDENTE
Fundado em 2026
Edição digital

The PRAVDA

«A VERDADE, AINDA QUE DOA — E COSTUMA DOER»

NESTA EDIÇÃO
O Brasil continua sendo o Brasil
Plano de atentado neonazista
África invade a África
Bolsonaro perderia eleição hoje

ANO I • VOL. I • Nº 001

MARABÁ, PARÁ — TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 2026

PREÇO DESTE EXEMPLAR: R$ 0,50

EXPEDIENTE

THE PRAVDA — publicação independente, digital e periódica. **Diretor de Redação:** Vassili Zaitsev • **Editor-chefe:** Aleksandr Pokryshkin • **Redação:** Vassili Zaitsev • **Revisão:** Lyudmila Pavlichenko • **Arte e diagramação:** Pavel Belov

Contato: thepravdabrasil@proton.me • *Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal.*

NOMES DE GUERRA: *a redação assina sob pseudônimos tomados de empréstimo a quem pegou em armas contra o fascismo. É homenagem — e é também resguardo de quem denuncia a corrupção onde quer que ela esteja, sem perguntar antes a que espectro ideológico pertence o denunciado.*

ECONOMIA

A CATÁSTROFE QUE NÃO VEIO

QUATRO ANOS DEPOIS, O BRASIL SEGUE TEIMOSAMENTE PARECIDO COM O BRASIL

Inflação de 0,07% em julho, 4,44% em doze meses, dentro da meta. Nenhuma fila de racionamento foi avistada. O tomate, por sua vez, caiu 29%.

POR VASSILI ZAITSEV • REDAÇÃO

O IBGE divulgou nesta terça-feira o IPCA de julho: 0,07% no mês, contra 0,16% em junho. No ano, 3,44%. Em doze meses, 4,44% — abaixo dos 4,64% do mês anterior e dentro do intervalo de tolerância da meta contínua, que hoje mira 3% com teto de 4,50%. O mercado projetava 0,03% e levou um susto de quatro centésimos. É este o tamanho do drama econômico brasileiro em agosto de 2026.

Convém relembrar o que se prometeu. A partir de 2022, anunciou-se com riqueza de detalhes que a eleição de Lula traria confisco de poupança, fim da propriedade privada e a conversão do país numa filial tropical de Havana. O inventário do apocalipse, quatro anos depois, registra o seguinte: o tomate caiu 29,09%, a batata-inglesa 19,59%, a cenoura 14,41% e o café moído 2,45%. Se isto é o desabastecimento bolivariano, ele chegou disfarçado de promoção de hortifrúti.

O detalhe é que o cenário externo fazia o pedido oposto. Tarifaço americano, guerra na Ucrânia embaralhando fertilizante e grão, conflito no Oriente Médio pressionando energia, clima instável no calendário agrícola. Qualquer economia frágil teria produzido manchete ruim. A brasileira produziu sete centésimos. Não é milagre nem genialidade — é o que acontece quando as instituições funcionam e ninguém tenta reinventar a roda no meio da estrada.

Dito o elogio, vem a parte que o índice esconde. **Inflação baixa não é preço baixo**, e o número de julho é um bom professor disso. A conta de luz subiu 3,09% no mês e sozinha respondeu por 0,13 ponto do índice, com reajustes de 8,85% em São Paulo, 14,89% em Porto Alegre e 19,55% em Curitiba, mais a bandeira amarela cobrando R$ 1,885 a cada 100 kWh. Quem almoça na rua também não sentiu alívio nenhum: a comida fora de casa subiu 0,55%, o lanche 0,76%. Em outras palavras, o trabalhador que faz a marmita economizou; o que come no boteco perto da obra, não.

E há o preço que o governo prefere não discutir em ano eleitoral: **a Selic a 14% ao ano**, com projeção de fechar 2026 em 13,75%. Com inflação de 4,44%, isso significa juro real perto de nove por cento — um dos mais altos do planeta. É a mesma taxa que segura os preços e que estrangula o crediário, o cartão, o financiamento da casa e o capital de giro do pequeno comércio. Estabilidade cobrada na conta de quem não tem reserva.

Fica, portanto, o placar honesto desta edição. A extrema direita perdeu a aposta: não houve Venezuela, não houve Cuba, não houve confisco. E o governo não ganhou a sua: continua devendo à parte mais pobre do país aquilo que índice de preços nenhum entrega sozinho — mais renda no bolso, e não apenas menos susto na planilha. Em Belém, onde a inflação teve a maior queda entre as capitais pesquisadas, o alívio veio da gasolina e do açaí. É pouco para uma vida, mas já é mais do que quatro anos de profecia entregaram.

Fonte: IBGE, via g1.

OPERAÇÃO REDE INTERROMPIDA

Eles tinham a planta baixa do gabinete do presidente

Oito alvos, cinco estados, dois grupos de Telegram — e uma foto de Hitler no perfil.

POR VASSILI ZAITSEV

A Polícia Civil do Distrito Federal deflagrou em 4 de agosto a Operação Rede Interrompida, com mandados contra oito suspeitos em cinco estados. Os investigados nunca haviam se encontrado pessoalmente e se organizavam em dois grupos de Telegram — um deles com a fotografia de Adolf Hitler como imagem de perfil. Um dos grupos reunia mais de 600 integrantes; um núcleo restrito de 46 pessoas trocava instruções de fabricação de explosivos e coquetéis Molotov, além de mapas e plantas de prédios públicos.

Entre o material apreendido estavam mapas de ministérios, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, além da planta baixa do Palácio do Planalto — com discussão sobre formas de entrar e sair do prédio. Uma das mensagens propunha listar os principais alvos para garantir o êxito da chamada revolução; outra registrava que os inimigos dificilmente estariam concentrados num único lugar. Também se falou em atacar o local do debate do segundo turno.

O ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, afirmou que não se tratava de práticas inocentes e que ali se engendravam atentados sérios. O delegado responsável foi mais seco: acredita que levariam o plano adiante, e disse que a polícia não pagaria para ver. Os investigados devem responder por associação criminosa, apologia e distribuição de material nazista e incitação ao crime. Só em 2026, o Ciberlab produziu 103 relatórios sobre mais de 50 grupos de ódio, com conteúdo racista, misógino e homofóbico.

Convém desarmar desde já a leitura preguiçosa. Ver na lista de alvos o local do debate e concluir que o grupo «era contra os dois lados» é confortável e falso. Quem guarda a planta baixa do Planalto e estuda rotas de fuga não está preocupado com pluralidade de opiniões: está estudando um endereço específico, que por acaso é o gabinete onde o presidente da República despacha todos os dias. Congresso e Supremo completam a lista pela mesma razão — são as três instituições que sobreviveram a 8 de janeiro de 2023.

Registramos aqui uma suspeita, como suspeita e não como fato: esta Redação desconfia que a menção ao debate seja periférica diante do que realmente organizava aquele material — a obsessão com o Planalto. É hipótese, e ela tem contra si um argumento honesto que não vamos esconder do leitor: essas conversas eram privadas e os investigados se julgavam invisíveis, e ninguém planta pista falsa num grupo que acredita ser secreto. Mais provável, portanto, é a explicação simples — o ódio ali não escolhia candidato porque desprezava a eleição inteira. Neonazista não vota; ele espera o incêndio.

O que não é hipótese é o resto. Havia planta baixa, havia manual de explosivo, havia foto de Hitler no perfil e havia 103 relatórios num único ano. Quatro anos depois de o país descobrir que golpe não é figura de linguagem, ainda há quem trate isso como excesso de jovens exaltados na internet. O delegado resumiu melhor do que qualquer editorial: não se paga para ver.

Fontes: Polícia Civil do DF, Ministério da Justiça, Fantástico/TV Globo e Poder360.

GEOPOLÍTICA E POLÍTICA EXTERNA

O ÚLTIMO QUINTAL DA EUROPA

Jovens africanos invadem território africano invadido pela Espanha

Mais de 50 mil pessoas tentaram atravessar para Ceuta. Oitenta e poucas morreram no caminho. A Europa comemorou a eficiência de quem as mandou de volta.

POR VASSILI ZAITSEV

Há um detalhe geográfico que atrapalha bastante a narrativa da «invasão da Europa»: Ceuta fica na África. Não em sentido figurado, poético ou controverso — fica na África do mesmo jeito que Marabá fica no Pará. Quem atravessou a cerca na semana passada, portanto, saiu do continente africano e chegou ao continente africano. A façanha migratória do século.

Os números vieram do noticiário internacional e são conhecidos: mais de 50 mil pessoas tentaram a travessia, a esmagadora maioria já foi devolvida ao Marrocos, menos de 2 mil permanecem no enclave precisando de comida e abrigo, e mais de 80 morreram no percurso — afogadas, em sua maior parte. Guardem esse último número, porque ele sumiu do debate com uma rapidez impressionante.

O que não sumiu foi a indignação. A primeira-ministra italiana propôs suspender a Espanha do espaço Schengen, num raciocínio que só funciona se você acreditar que existe alguma fronteira Schengen no norte da África. Vinte e dois líderes europeus assinaram carta à Comissão Europeia manifestando «sérias preocupações» com o plano espanhol de regularizar mais de um milhão de imigrantes que já vivem e trabalham no país — gente, portanto, que já está lá, já produz lá e apenas não tem papel. E o presidente dos Estados Unidos foi à Fox News avisar que aquilo será a América em três anos, caso o lado errado ganhe. O lado errado, no caso, é quem propõe dar documento a quem já paga imposto.

A parte mais reveladora, porém, não veio da direita — dela já se esperava. Veio da defesa. A presidente da Comissão Europeia elogiou a **ação rápida** das autoridades espanholas em conter o movimento. O próprio premiê espanhol comemorou ter **retomado o controle da fronteira em menos de 48 horas**. Ou seja: acusado de deixar entrar, o governo de esquerda respondeu com o comprovante de quantos conseguiu expulsar. Aceitou a régua do adversário e ainda pediu nota pela pontualidade.

Sobra a pergunta que ninguém em Bruxelas quis fazer. Em pleno século XXI, o que justifica que um país europeu mantenha uma cidade murada em solo africano? A resposta oficial é «cidade autônoma» — expressão que faz um trabalho notável de esconder a coisa que descreve, no mesmo gênero literário de «pacificação», «protetorado» e «missão civilizatória». Ceuta foi tomada em 1415 por Portugal, passou à Espanha em 1668 e nunca mais voltou a ser de ninguém além de quem a tomou.

Há um agravante que Madri prefere não comentar. Do outro lado do mesmo estreito, catorze quilômetros adiante, fica Gibraltar — e a Espanha cobra sua devolução há três séculos, invocando integridade territorial. Quando os gibraltinos votam de forma esmagadora por continuar britânicos, Madri responde que autodeterminação não apaga integridade territorial. É precisamente o argumento contrário ao que usa em Ceuta. A mesma chancelaria, o mesmo estreito, duas geometrias.

Um gesto de boa-fé resolveria décadas de tensão e daria à Espanha algo que dinheiro nenhum compra: autoridade moral para falar de soberania alheia. Não custa nada tentar. Custa, no máximo, um mapa atualizado.

ELEIÇÕES — BRASIL E EXTERIOR

O ÁLIBI ANTECIPADO

Flávio «Rúbio» Bolsonaro perde em todas as pesquisas — e já explicou por quê

Nenhum instituto o coloca à frente. Nenhuma surpresa: a desculpa para a derrota já foi apresentada a plateia estrangeira antes mesmo de a urna abrir.

POR VASSILI ZAITSEV

Os números de agosto não são catastróficos para o senador — são apenas insistentes. O levantamento BTG/Nexus desta semana marca 47% para Lula e 44% para Flávio no segundo turno, com margem de dois pontos. Uma semana antes eram 46% a 45%, empate técnico, com os dois carregando a mesma rejeição de 49% — um feito de simetria. A Genial/Quaest abre mais, 39% a 30%, e observa que a distância encolhe assim que a disputa fica cara a cara. Traduzindo do estatístico: ele está perto, mas nunca na frente. Em nenhum cenário testado, em nenhuma casa de pesquisa, em nenhuma semana.

Para um candidato nessa posição restariam duas saídas clássicas — mudar o discurso ou mudar o público. O senador escolheu uma terceira, mais econômica: mudar antecipadamente a explicação da derrota.

Em julho, diante de representantes de quase cinquenta países e organizações internacionais, Flávio levantou dúvidas sobre a segurança das urnas brasileiras, citou relatórios da CIA e mencionou a Smartmatic como fabricante dos equipamentos — informação já desmentida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Emendou que não estava questionando o sistema e pediu que os países mandassem o máximo possível de observadores, inclusive especialistas em tecnologia eleitoral. É a construção retórica perfeita: não estou dizendo que há fraude, estou apenas pedindo que o mundo venha ver a fraude que não estou dizendo que há.

O TSE respondeu ao senador com o mesmo texto que havia usado para desmentir seu pai em 2022: o projeto da urna eletrônica é concebido e gerido inteiramente pela Justiça Eleitoral brasileira, e a Smartmatic nunca forneceu equipamentos nem programação, tendo atuado apenas em treinamento de suporte técnico. Quatro anos, duas gerações, um único ofício. A Justiça Eleitoral já pode deixar o modelo salvo na área de trabalho.

Convém lembrar de onde vem a tese. Flávio sustenta a associação falsa com a empresa venezuelana desde 2014, logo após a reeleição de Dilma, e em setembro de 2018 declarou ser impossível garantir a lisura das urnas sem voto impresso. Seu pai afirmou em 2019 que a eleição de 2018 fora fraudada — a mesma eleição que fez de Eduardo o deputado mais votado do país. E, derrotado em 2022, o PL pediu ao TSE a invalidação dos votos de mais de 250 mil urnas com base em relatório de consultoria privada que custou cerca de R$ 1 milhão, contestando exclusivamente o segundo turno — jamais o primeiro, no qual o partido elegeu a maior bancada da Câmara, com 99 deputados. Coube a Alexandre de Moraes sugerir que, já que estavam, questionassem também o primeiro turno.

Aí está a doutrina em sua forma acabada: a urna que elege é confiável, a urna que derrota é venezuelana. O mesmo equipamento, o mesmo dia, a mesma seção, dois veredictos. É uma máquina notável — sabe distinguir quem merece o poder e falha só quando erra a pessoa.

Que fique registrado desde já, para quando a noite de outubro chegar: o senador foi eleito por essas urnas. Seu pai também. Seus irmãos também. A família construiu três décadas de mandatos sobre um sistema que só se torna suspeito no exato instante em que anuncia o nome do outro.

Fontes: BTG/Nexus, Genial/Quaest, Meio/Ideia e Tribunal Superior Eleitoral.

POLÍTICA EXTERNA

APELAÇÃO NO VÁCUO

Brasil recorre a um tribunal que os Estados Unidos fecharam por dentro

Washington aceitou conversar. Falta combinar com o Órgão de Apelação, que não existe há sete anos.

POR VASSILI ZAITSEV

O governo Trump aceitou o pedido de consultas apresentado pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio contra o tarifaço de até 37,5%, imposto com base em investigações do escritório do representante comercial americano. Não há data marcada. É o primeiro degrau de um procedimento de três: consultas, painel e, se alguém recorrer, Órgão de Apelação.

É no terceiro degrau que a escada termina no ar. O Órgão de Apelação é a última instância da OMC e suas decisões obrigam os países-membros — só que ele está paralisado desde 2019, porque em agosto de 2017 Donald Trump vetou a nomeação de novos juízes para as vagas abertas. Sem quórum, os recursos são apelados «no vácuo»: a instituição simplesmente não consegue decidir nada em definitivo. Em português claro, o Brasil está processando um sujeito no tribunal que esse mesmo sujeito trancou, levou a chave e depois suspendeu o pagamento da conta de luz.

O Itamaraty sabe disso. A própria avaliação diplomática é de que as expectativas são baixas, seja pela paralisia da OMC, seja pela crise bilateral. E não é a primeira tentativa: no ano passado o Brasil já havia protocolado ação contra a tarifa de 40% aplicada sob a alegação de que Jair Bolsonaro estaria sofrendo uma «caça às bruxas» — episódio em que a política comercial da maior economia do mundo foi calibrada pelo calendário processual de um réu estrangeiro.

Então por que insistir? Porque o recurso não serve para ganhar: serve para registrar. Multilateralismo é um sistema de arquivo, e arquivo tem serventia no dia em que a correlação de forças muda. Um país que reclama nos autos preserva o argumento; um país que se cala assina embaixo. A alternativa — aceitar em silêncio que sobretaxa se aplique por motivo político — sairia muito mais cara, e não em dólar.

Fica, ainda assim, o retrato do multilateralismo em 2026: uma corte sem juízes, um autor sem ilusões e um réu que fabrica as duas coisas. O Brasil está certo em recorrer. Só não confunda protocolo com remédio.

Fontes: Folha de S.Paulo, Diário do Comércio e Brasil 247.

EDITORIAL

POR QUE UM JORNAL CHAMADO PRAVDA

Uma apresentação, uma confissão de método e um aviso aos que gostam de citar frase pela metade.

A REDAÇÃO

Um jornal que se chama Pravda e não explica o nome na primeira edição está pedindo para ser mal lido — e, nos tempos que correm, será. Então expliquemos, com o risco de estragar a piada.

Pravda quer dizer verdade. Foi o nome do diário oficial soviético, que durante sete décadas publicou de tudo, menos ela. Foi também — e é daqui que viemos — o nome do jornal satírico que estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto, na Faculdade de Direito da USP, editaram entre o fim dos anos 1970 e os anos 1980, quando fazer troça do poder ainda podia sair caro. O «The» em letra gótica é empréstimo assumido de um respeitável diário nova-iorquino que leva a própria sisudez muito a sério.

Juntando os pedaços: somos um jornal que desconfia por princípio de toda instituição que se apresente como proprietária da verdade — inclusive daquelas com as quais simpatizamos.

Dito isso, é preciso ser claro sobre o que este jornal faz. **Nós não damos furo.** Furo exige repórter em campo, advogado de plantão e caixa para aguentar processo, e nada disso brota em redação de fundo de quintal. Não sairá daqui nenhuma informação que não tenha saído antes em veículo que responda formalmente pelo que publica, ou em documento público — acórdão, relatório de tribunal de contas, decisão judicial, diário oficial. O que fazemos é outra coisa: pegamos o fato já apurado e devolvemos com o tom que o noticiário institucional, por dever de ofício, não pode usar.

Isso não é modéstia. É método. **Sátira sem fato é boato com piada** — e boato com piada é exatamente a matéria-prima daquilo que nos propusemos a combater. Quem inventa notícia para vencer discussão já perdeu a discussão que importa.

O que nos move cabe em poucas linhas, ainda que dê trabalho de sobra. Somos contra o fascismo, que nunca sai de moda porque nunca foi moda — é hábito, e hábito se combate todo dia. Contra o neoliberalismo que se disfarça de bom senso econômico e depois cobra a conta em fila de hospital. Contra o racismo, a misoginia, a xenofobia, a islamofobia e todas as demais formas de dizer a alguém que ele nasceu no lugar errado. Contra o negacionismo, que fez do desprezo à ciência um projeto político. Contra o extermínio dos povos indígenas, que segue em curso enquanto o país discute se ainda existe. Contra o neocolonialismo e a interferência estrangeira em eleições alheias, inclusive nas nossas.

E somos a favor de coisas concretas, que se medem: SUS, ProUni, FIES, transferência de renda, pesquisa científica financiada, inclusão digital e — acima de tudo — escola pública decente, que é a única política de segurança que funcionou em algum lugar do mundo.

Sobre corrupção, uma advertência. **Aqui ela não usa camisa de time.** Desvio de dinheiro público é crime igual em qualquer sigla, e quem espera deste jornal tolerância seletiva vai se decepcionar antes do fim da primeira edição. Denunciaremos onde estiver, com o documento na mão.

Nossa redação assina sob nomes de guerra tomados de empréstimo a quem enfrentou o nazifascismo de arma na mão. É homenagem, não fantasia. Também é prudência: quem cutuca poderoso convém não facilitar o endereço.

O preço na primeira página é simbólico — não temos banca, nem assinatura, nem cobrador. Está ali porque jornal antigo tinha preço na capa, e porque nos parece honesto lembrar que informação custa alguma coisa a alguém. Se não ao leitor, a quem escreve.

Boa leitura. E, como diz o lema desta casa: a verdade, ainda que doa — e costuma doer.

A REDAÇÃO

FALE COM A REDAÇÃO

Este jornal nasce sem carta de leitor porque ainda não tem leitor — e é exatamente isso que pretendemos corrigir. Comentários, críticas, sugestões de pauta, correções factuais e discordâncias de todo tipo são bem-vindos em thepravdabrasil@proton.me.

Correção, aliás, tem prioridade sobre elogio. Se encontrar erro nestas páginas, escreva: publicaremos a errata no mesmo lugar em que o erro apareceu, sem rodeios. Jornal que combate a desinformação não pode se dar ao luxo de fugir da própria.

As melhores cartas abrirão a Coluna do Leitor a partir da segunda edição. Assine com nome e cidade — ou com nome de guerra, se preferir. A casa, como se vê no expediente, tem tradição no gênero.

CHARGE

A fé é a última coisa que morre — e às vezes leva o fiel junto.

Charge: Gilmar — Cartunista das Cavernas. Reproduzida com autorização do autor.